A valorização dos ecossistemas e o crescimento verde

25 de Setembro, 2014

A quarta conferência do Green Project Awards, com o tema "Ambiente, Energia e Mar em discussão" serviu de mote para Paulo Bessa, Director de Sustentabilidade da Corticeira Amorim, apresentar o projecto de valorização de ecossistemas associados ao Montado de Sobro, que desenvolveu em parceria com a Confederação Europeia da Cortiça. Em declarações à Ambiente Magazine, o director afirmou que o objectivo foi dar um contributo para inverter a tendência e passar a quantificar aquilo que não tem sido quantificado, ou seja, quantificar os serviços, como o suporte e a regulação, dos ecossistemas, atribuindo-lhes valor.

"As matérias discutem-se de outra forma quando são quantificadas", algo que Paulo Bessa apreendeu da sua experiência, tal como a sensibilidade do mercado aos preços. O objectivo foi então colocar em evidência alguns dos serviços do ecossistema prestados pelo montado de sobro, pegando no caso concreto de uma herdade, a Herdade da Machuqueira do Grou, que tem mais de dois mil hectares e uma área representativa com diferentes usos de solo, como o montado, pinheiro manso ou o eucalipto e submetendo-a a análise quanto ao papel que o montado de sobro desempenha em variáveis como o sequestro de carbono, a biodiversidade, a regulação do ciclo hidrológico, o combate à erosão, a barreira contra os incêndios – porque há de facto menor incidência de fogos em árvores de sobreiro, de forma a valorizar "um conjunto de serviços que têm para o pais valor económico e que não são quantificados, nem entram de forma alguma nas contas de um produto interno bruto" e que, para Paulo Bessa, contribuem para a qualidade de vida e desenvolvimento do país, a médio e longo prazo. Contas feitas, o valor a que chegaram foi então de cem euros por hectare/ano, um valor que tem de ser calculado para cada caso, mas que é garantido que não vale zero, o seu valor actual.

"Não há um quadro regulamentar que incentive aquilo que é bem feito, há só um quadro que regula a penalização do que é mal feito e queremos que, de facto, e com vista ao crescimento verde pretendido, promover os bens públicos e esses serviços de ecossistemas prestados, dos quais todos beneficiamos".

Para o Director de Sustentabilidade da Corticeira Amorim, trata-se de uma questão de incentivo para a produção destes bens públicos, já que o único incentivo que os proprietários florestais recebem é a cortiça que produzem. "É algo inerente à actividade que não é valorizado e achamos que há ai um desequilíbrio e alguma injustiça que deverá ser corrigida", de forma a passarem a ser contabilizadas todas as variáveis da equação, na altura de fazer um investimento.

Assumindo que o estudo não é uma base robusta para apresentar um política, mas sim um contributo, reiterou "Se nós tivermos uma economia que reconhece e valoriza os serviços dos ecossistemas e que faz chegar aos proprietários florestais a respectiva compensação, é cumprido o que se pretende com o crescimento verde, um conjunto imenso de oportunidades. E em termos legislativos há um conjunto grande de desafios para regular essas relações num ponto de vista mais negativo, de penalizações e mitigações, mas é preciso

também regular essas relações no ponto de vista positivo e de levar quem faz mal a deixar de fazer mal e quem faz bem a continuar a fazer bem". Um incentivo que se estende também à competitividade do produto, não sendo só a cortiça a suportar a gestão."Isso também permitirá que os materiais depois cheguem ao mercado numa base competitiva muito mais justa porque no final grande parte dos mercados é sensível ao preço e se tivermos materiais poluentes que não estão a apagar pelos impactos que geram nos serviços dos ecossistemas e se tivermos matérias-primas mais ecológicas que não têm nesse valor uma compensação em termos de serviços de ecossistemas, há aqui uma relação desigual que em nada contribui para o crescimento verde", concluiu.
"